A PERSISTÊNCIA DA DEPENDÊNCIA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA, DA ISI AO NEOEXTRATIVISMO

Bruna Emilly Barbosa Luz[1]
Renata Santos de Sousa[2]

RESUMO

O presente artigo analisa a trajetória económica da América Latina sob a ótica do pensamento crítico latino-americano, investigando a persistência da condição periférica e dependente da região no capitalismo global. A partir de uma revisão bibliográfica crítica, o estudo mobiliza o estruturalismo cepalino e a Teoria da Dependência para compreender as contradições e o esgotamento da Industrialização por Substituição de Importações (ISI). Em seguida, examina a transição histórica para o século XXI, marcada pelas crises do receituário neoliberal na década de 1990 e pela posterior emergência do neoextrativismo durante os governos progressistas. Utilizando o Projeto Grande Carajás como estudo de caso, o trabalho ilustra como as teses clássicas de Celso Furtado e Ruy Mauro Marini — fundamentadas na superexploração do trabalho e no "subdesenvolvimento desenvolvido" — se atualizam nas dinâmicas contemporâneas de espoliação e reprimarização descritas por Maristella Svampa e Eduardo Gudynas. Conclui-se que a superação da dependência exige a ruptura com o modelo primário-exportador e a construção de alternativas contra-hegemónicas, apontando para horizontes pós-extrativistas e ecologicamente sustentáveis.

Palavras-chave

Pensamento Crítico Latino-Americano; Teoria da Dependência; Neoextrativismo; Reprimarização; Projeto Grande Carajás.

ABSTRACT

This article analyzes the economic trajectory of Latin America from the perspective of Latin American critical thought, investigating the persistence of the region's peripheral and dependent condition within global capitalism. Based on a critical literature review, the study mobilizes ECLAC structuralism and Dependency Theory to understand the contradictions and the exhaustion of Import Substitution Industrialization (ISI). Next, it examines the historical transition to the 21st century, marked by the crises of the neoliberal prescription in the 1990s and the subsequent emergence of neo-extractivism during the progressive governments. Using the Greater Carajás Project as a case study, the paper illustrates how the classical theses of Celso Furtado and Ruy Mauro Marini—based on the

[1] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA).
[2] Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

super-exploitation of labor and "developed underdevelopment"—are updated in the contemporary dynamics of dispossession and reprimarization described by Maristella Svampa and Eduardo Gudynas. It concludes that overcoming dependence requires breaking with the primary-export model and building counter-hegemonic alternatives, pointing towards post-extractivist and ecologically sustainable horizons.

Keywords

Latin American Critical Thought; Dependency Theory; Neo-extractivism; Reprimarization; Greater Carajás Project.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória socioeconómica da América Latina é historicamente definida por sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, operando como fornecedora de matérias-primas e absorvedora de manufaturados e capitais centrais. Para compreender as raízes estruturais e as reconfigurações contemporâneas desta dinâmica, este artigo adota a perspectiva teórica do pensamento crítico latino-americano como fio condutor. O objetivo principal é investigar o contínuo ciclo de subdesenvolvimento e dependência na região, analisando as transições de regime de acumulação que vão desde o esgotamento do modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) até a consolidação do neoextrativismo no século XXI. Sob a ótica do estruturalismo cepalino — que denunciou a deterioração dos termos de troca — e das vertentes marxistas da Teoria da Dependência, propõe-se uma análise que desvela como o paradoxo do "subdesenvolvimento desenvolvido", nos termos de Celso Furtado, continua a se manifestar nas atuais cadeias globais de valor.

Em termos metodológicos, a pesquisa estrutura-se como uma revisão bibliográfica crítica e qualitativa do pensamento económico latino-americano. O percurso analítico mobiliza autores clássicos que forjaram a crítica estrutural e dependentista — notadamente Raúl Prebisch, Celso Furtado, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Fernando Henrique Cardoso — colocando-os em diálogo direto com teóricos contemporâneos da ecologia política e da economia heterodoxa, como Maristella Svampa e Eduardo Gudynas. Esta articulação teórico-metodológica permite não apenas o resgate do debate histórico, mas a aplicação rigorosa destas categorias de análise a um estudo de caso focado no Projeto Grande Carajás. Ao fazer isso, o texto busca evidenciar a materialidade e a atualidade das teorias críticas na práxis económica regional, demonstrando que o passado colonial e o presente extrativista compartilham a mesma essência estrutural.

2. A ERA DO OURO E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

O período compreendido entre o final da Segunda Guerra Mundial e meados da década de 1970, conhecido como a "Era de Ouro" do capitalismo, caracterizou-se por um crescimento econômico global acelerado, acompanhado de profundas transformações nos padrões de comércio e nas estruturas produtivas. A década de 1930 havia sido marcada por restrições comerciais decorrentes da Grande Depressão, levando os países a adotarem políticas protecionistas, que tinham como objetivo proteger suas economias e preservar seus mercados internos. O sistema comercial internacional da época era baseado, em grande medida, em acordos bilaterais e na imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias. O cenário após a segunda guerra mundial trouxe, inicialmente, expectativas de liberalização econômica, materializadas nas negociações de Bretton Woods e na criação do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Nesse contexto, as negociações de Bretton Woods (1944) estabeleceram as bases de um novo sistema monetário internacional, ancorado no dólar norte-americano e na criação de instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BIRD), cujo objetivo era garantir estabilidade financeira e fomentar a reconstrução e o desenvolvimento global. Entretanto, o ideal de livre comércio foi limitado por fatores políticos e estratégicos, especialmente por parte dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, que mantiveram políticas protecionistas para proteger setores industriais e agrícolas estratégicos. A Guerra Fria e a formação do Mercado Comum Europeu também foram fatores que reforçaram a contenção à plena liberalização comercial. Este contexto internacional teve impactos diretos sobre a América Latina, que buscava se industrializar e reduzir a dependência de exportações primárias por meio de políticas de substituição de importações.

A partir dos anos 1950, a América Latina buscou adaptar-se a esse cenário por meio da Industrialização por Substituição de Importações (ISI), uma estratégia de desenvolvimento voltada para reduzir a dependência de produtos manufaturados importados. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), sob liderança de Raúl Prebisch, teve papel fundamental na formulação teórica dessa estratégia, ao criticar a divisão internacional do trabalho que relegava os países latino-americanos à condição de exportadores de produtos primários, sujeitos à deterioração dos termos de troca. Prebisch (1950) defendia que o desenvolvimento sustentável da região exigia intervenção estatal, planejamento econômico e proteção à indústria nascente. Esse modelo foi fortemente influenciado pelo contexto internacional de restrições ao comércio e pela percepção de que a liberalização ilimitada colocaria os países latino-americanos em posição ainda mais vulnerável. Segundo Celso Furtado (2007), um dos principais teóricos do desenvolvimento econômico latino-americano, a adoção da ISI foi uma resposta estrutural à inserção periférica da região na economia mundial. Para Furtado, a economia latino-americana se organizava historicamente em torno da exportação de produtos primários, sujeitos a ciclos de valorização e desvalorização nos mercados

internacionais, o que limitava a capacidade de crescimento autônomo. A industrialização protegida surgia, portanto, como tentativa de romper parcialmente com a dependência externa e criar bases para um desenvolvimento interno. Entretanto, essa industrialização apresentava limitações estruturais significativas. Grande parte dos investimentos industriais na América Latina, especialmente a partir da década de 1950, foi realizada por empresas estrangeiras e multinacionais. Essa característica reforçava a dependência tecnológica e financeira externa, conforme também enfatizado por Furtado, que via nesse fenômeno a reprodução de um padrão de desenvolvimento subordinado: embora a produção manufatureira crescesse, os lucros e a capacidade decisória continuavam concentrados nos países centrais.

Outro elemento crucial do período foi a transformação do sistema financeiro internacional. O pós-guerra iniciou com um modelo de financiamento público, via Banco Mundial e organismos multilaterais, mas, a partir da década de 1960, assistiu-se à crescente privatização do crédito internacional, impulsionada pelo mercado de eurodólares. Esse mecanismo permitiu a expansão de empréstimos a países periféricos, entre eles os latino americanos, gerando um aumento expressivo da dívida externa. No caso brasileiro, por exemplo, a dívida saltou de US$ 5,3 bilhões em 1970 para quase US$ 50 bilhões em 1979, um processo que prenunciava as crises da década seguinte. Para Celso Furtado, essa dinâmica representava a consolidação de um novo padrão de dependência, agora não apenas comercial, mas também financeira e tecnológica, onde as economias periféricas eram incapazes de sustentar crescimento sem recorrer ao capital externo. Essa "nova dependência" colocava limites à autonomia econômica e política da região, vinculando seus ciclos de expansão e crise às oscilações do sistema capitalista internacional.

Por fim, o período da era do ouro do capitalismo até os anos de 1970 foi marcado por um crescimento econômico mundial acelerado, porém houve suas contradições. Embora o modelo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI) tenha representado uma tentativa de romper com a dependência histórica de exportações primárias, ele acabou por criar formas de submissões. A dependência que os países da américa latina continuaram tendo nos investimentos e tecnologia estrangeira, junto com a crescente submissão à dinâmica do capital financeiro internacional, mostrou que o desenvolvimento não acontecia de maneira autônoma. Assim, mesmo com avanços importantes, a América Latina manteve uma posição periférica no sistema econômico global, mostrando que o desenvolvimento sem enfrentar essas desigualdades estruturais era frágil.

3. AS CONSEQUÊNCIAS DA ERA DO OURO: MERCADO DE TRABALHO E DESFAVORECIMENTO PERIFÉRICO NA TRAJETÓRIA ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA

3.1 O Paradoxo do Desenvolvimento Incompleto

A experiência latino-americana durante a Era de Ouro do Capitalismo constitui um paradoxo histórico de primeira grandeza. Enquanto os países centrais vivenciavam um ciclo virtuoso de crescimento com distribuição de renda e consolidação do Estado de bem-estar social, as nações da região experimentavam um processo de industrialização truncado que, embora tenha gerado crescimento econômico substantivo em alguns casos, aprofundou padrões históricos de dependência e desigualdade. A crítica fundamental que se impõe é que o projeto desenvolvimentista, inspirado nas teses cepalinas, foi capturado por interesses que impediram a realização de seu potencial emancipatório, conformando aquilo que Celso Furtado denominou como "subdesenvolvimento desenvolvido".

3.2 Análise Crítica das Consequências Estruturais

A) A Ilusão do Mercado Interno: Entre a Concentração e a Dependência A promessa de construção de um mercado interno robusto, pedra angular do projeto cepalino, revelou-se profundamente frustrada na prática. A industrialização por substituição de importações operou dentro de um círculo vicioso: necessitava de mercados amplos para viabilizar economias de escala, mas reproduziu padrões de concentração de renda que impediram a massificação do consumo. Como observou criticamente Furtado, formou-se uma estrutura produtiva orientada para o consumo de elites, dependente de tecnologias e padrões de consumo importados dos países centrais.

> A dependência tecnológica tornou-se um mecanismo permanente de transferência de excedentes, onde o pagamento de royalties, licenças e a importação de equipamentos e insumos intermediários drenavam divisas que poderiam ser investidas em capacitação tecnológica endógena. Esta crítica aponta para uma falha estratégica: a ISI focou em substituir produtos, mas negligenciou a construção de capacitações tecnológicas autônomas, mantendo a região em uma posição de subalternidade tecnológica permanente.

B) O Mundo do Trabalho: Entre a Modernização e a Precariedade A análise crítica do impacto sobre emprego e salários revela contradições profundas. Se por um lado a industrialização gerou empregos urbanos e estimulou a sindicalização, por outro criou um dualismo estrutural no mercado de trabalho. A modernização industrial adotou padrões tecnológicos capital-intensivos, típicos de economias com escassez relativa de mão-de-obra, em contradição com a abundância de força de trabalho característica da região. Esta opção tecnológica limitou drasticamente a capacidade de absorção de mão-de-obra pelo setor moderno.

Como consequência, formou-se um vasto setor informal que funcionou como amortecedor social do processo de modernização excludente. Os ganhos salariais, quando ocorreram, concentraram-se nos setores organizados do proletariado industrial, aprofundando as desigualdades

internas ao próprio working class. A política salarial foi instrumentalizada como mecanismo de controle inflacionário e atração de investimentos, subordinando os interesses trabalhistas aos imperativos de acumulação capitalista. Esta crítica revela como o desenvolvimento industrial dependente reproduziu em nova chave as antigas assimetrias sociais.

C) O Desfavorecimento Sistêmico: A Reatualização da Dependência A contribuição mais radical da Teoria da Dependência, particularmente na versão de Theotônio dos Santos, foi demonstrar que o subdesenvolvimento não era uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas sim uma condição estrutural produzida e reproduzida pela lógica expansionista do capitalismo central. A industrialização periférica não superou esta condição, mas sim a reatualizou através de novos mecanismos de dependência financeira, tecnológica e industrial.

A crítica aqui é contundente: o desenvolvimento latino-americano ocorreu como "desenvolvimento associado-dependente", nas palavras de Fernando Henrique Cardoso. As burguesias nacionais, longe de constituírem agentes de um projeto nacional autônomo, associaram-se ao capital internacional em uma aliança que bloqueava qualquer reforma estrutural mais profunda. Esta aliança de classes explicaria o fracasso em implementar reformas agrárias substantivas, sistemas tributários progressivos e políticas consistentes de democratização do acesso à educação de qualidade.

> A dependência financeira manifestou-se tragicamente através do ciclo de endividamento externo que culminaria na crise da dívida dos anos 1980. Os empréstimos internacionais, inicialmente vistos como instrumento para superar o estrangulamento externo, transformaram se em mecanismo de subordinação às políticas dos organismos financeiros internacionais e de drenagem sistemática de recursos através do serviço da dívida.

Legados de uma Modernização Truncada: As consequências do modelo de desenvolvimento da Era de Ouro deixaram marcas profundas que perduram no século XXI. A crítica aqui desenvolvida demonstra que os problemas contemporâneos da América Latina – a reprimarização produtiva, a desindustrialização precoce, a vulnerabilidade externa e a persistente desigualdade – possuem raízes históricas neste período.

O legado mais perverso foi a consolidação de uma estrutura social que combina modernização econômica com exclusão social massiva. A promessa cepalina de que a industrialização conduziria naturalmente à democratização social mostrou-se ingênua frente à força das estruturas de poder que se rearticularam para capturar os frutos do desenvolvimento emergente.

A superação deste padrão de desenvolvimento dependente exige, como alertaram os teóricos da dependência, não apenas políticas econômicas alternativas, mas uma transformação radical nas estruturas de poder que perpetuam a aliança entre elites locais e capital internacional. O desafio continua sendo construir projetos nacionais de desenvolvimento que combinem crescimento econômico com inclusão social soberana e ruptura com os padrões históricos de dependência.

O colapso do modelo ISI, que culminou nas sucessivas crises de endividamento externo da década de 1980 — a chamada "década perdida" —, forçou a América Latina a uma reestruturação produtiva profunda e dolorosa. Os anos 1990 foram inteiramente marcados pela adesão irrestrita ao receituário neoliberal do Consenso de Washington, caracterizado por privatizações em massa, desregulamentação financeira e abertura comercial abrupta. Este choque ortodoxo não apenas desmantelou os parques industriais incipientes formados no período anterior, mas acelerou um processo crónico de desindustrialização e reprimarização das economias locais. A região voltou a se especializar em vantagens comparativas estáticas, submetendo-se à lógica da financeirização global.

É justamente como resposta às severas contradições, desigualdades e crises sociais geradas por este período de ortodoxia neoliberal que emergem, no alvorecer do século XXI, os governos da chamada "onda rosa". Beneficiando-se do boom nos preços internacionais das commodities (impulsionado sobretudo pela demanda asiática), estes governos progressistas retomaram o papel ativo do Estado na indução do crescimento e na distribuição de renda. Contudo, apesar do discurso soberano e das políticas de mitigação da pobreza, a matriz produtiva regional permaneceu intocada, ancorada de forma ainda mais profunda na exportação de bens primários de baixo valor agregado e alto impacto ambiental. Configura-se, assim, o que a literatura crítica contemporânea convencionou chamar de neoextrativismo: um modelo em que o Estado atua como fiador e captador das rendas da natureza, mas mantém o território aprisionado ao papel de provedor de insumos para o Norte Global.

4. AS FRONTEIRAS DO NEOEXTRATIVISMO NA AMÉRICA LATINA: CONFLITOS, RESISTÊNCIA E UM NOVO CONSENSO DE DESENVOLVIMENTO

A obra "As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina" constitui uma contribuição fundamental para a compreensão do modelo de desenvolvimento que predominou na região durante a onda de governos progressistas no início do século XXI. Organizada pela socióloga Maristella Svampa, a coletânea avança além da denúncia ambiental para oferecer uma análise estrutural e crítica de um paradigma que, embora aparentemente distinto, perpetuou a inserção subordinada da América Latina na economia global. O neoextrativismo é apresentado não como um retorno ao passado colonial, mas como uma reconfiguração moderna e complexa da dependência de recursos naturais, marcada por um papel ativo do Estado e por profundas contradições.

Em sua essência, o neoextrativismo caracteriza-se pela exploração intensiva e em larga escala de commodities, minérios, hidrocarbonetos, soja e outros produtos primários, destinados à exportação para os mercados globais, com destaque para a China. A novidade crucial em relação ao extrativismo histórico reside no protagonismo estatal. Nos governos de países como Brasil, Argentina, Bolívia e Equador, O Estado assumiu o controle e a regulação estratégica dessas atividades, capturando uma parcela maior da renda gerada por meio de impostos e royalties. Essa receita foi, por sua vez,

canalizada para financiar ambiciosas políticas sociais de redistribuição de renda, que tiraram milhões da pobreza. Este é o cerne do "pacto social compensatório" que legitimou o modelo: a promessa de bem-estar social imediato, financiado pela exploração da natureza**.**

No entanto, está aparente solução escondeu uma armadilha. O livro argumenta que o neoextrativismo aprofundou a "reprimarização" das economias nacionais, tornando-as mais vulneráveis às flutuações dos preços internacionais e sufocando a indústria nacional. Svampa identifica nesse processo a formação de um novo pacto ideológico, o "consenso dos commodities", que uniu governos progressistas, elites econômicas e parte da sociedade em torno da crença incontestável de que a extração de recursos é sinônimo único de progresso e desenvolvimento.

A expansão dessas atividades sobre novos territórios, desencadeou, contudo, uma onda de conflitos socioambientais que revelaram as contradições insolúveis do modelo. A invasão de territórios indígenas, de comunidades tradicionais e de áreas de alta biodiversidade, como a Amazônia, para a instalação de megaprojetos mineiros, petrolíferos e do agronegócio, gerou resistências ferrenhas. O livro dedica especial atenção ao surgimento do "ecologismo popular", onde a defesa do meio ambiente se funde inextricavelmente com a defesa do território, da cultura e dos modos de vida. Paradoxalmente, governos que se autoproclamavam defensores dos pobres e oprimidos passaram a criminalizar e estigmatizar esses movimentos sociais, vistos como obstáculos ao projeto nacional de desenvolvimento.

Dessa forma, a obra expõe a grande contradição dos governos progressistas: seu discurso de esquerda, emancipatório e ambientalista chocava-se frontalmente com uma prática econômica baseada na depredação ambiental e na exclusão territorial. Esta dissonância resultou em uma fratura profunda entre o Estado e os movimentos sociais que antes eram sua base de apoio

4.1 O Neoextrativismo no Brasil: O Caso do Complexo de Carajás e a Contradição do Progresso

A teoria do neoextrativismo, elaborada por pensadores como Maristella Svampa e Eduardo Gudynas, oferece uma lente crítica fundamental para analisar o modelo de desenvolvimento adotado pela América Latina no século XXI, e o Brasil under the governments do Partido dos Trabalhadores (PT) é um caso paradigmático desse fenômeno. O neoextrativismo caracteriza-se não pela simples exploração de recursos naturais, mas por um pacto no qual o Estado assume um papel central, gerindo e fomentando atividades extrativistas em larga escala para financiar políticas sociais redistributivas. Este é o chamado "consenso dos commodities", um acordo político e social que elege a exportação de primários como minério, petróleo e commodities agrícolas como único caminhos viável para o "progresso" e a geração de riqueza nacional.

No entanto, a expansão agressiva dessas fronteiras extrativas gera inevitáveis conflitos socioambientais, revelando a contradição central do modelo: a mesma riqueza que financia programas

de inclusão social é gerada através de processos que produzem exclusão territorial, degradação ambiental e violação de direitos. O Estado, que deveria ser o garantidor desses direitos, muitas vezes se transforma em seu violador, atuando para viabilizar os megaprojetos e criminalizando a resistência das comunidades impactadas.

4.2 Um Exemplo Concreto: O Corredor Carajás no Pará e Maranhão

Esta continuidade estrutural da matriz produtiva revela que o neoextrativismo contemporâneo não é uma anomalia, mas a face atualizada da dependência exaustivamente denunciada por Celso Furtado e Ruy Mauro Marini. O caso do Projeto Grande Carajás, inserido no coração da Amazónia brasileira, ilustra com precisão cirúrgica esta dinâmica histórica. As assimetrias gritantes na apropriação do valor e o padrão de acumulação baseado na superexploração — tanto da força de trabalho local quanto dos recursos naturais — operam plenamente nas lógicas de enclave mineral de hoje, transformando o território em mera plataforma de exportação.

Dessa forma, as análises de Maristella Svampa sobre o "Consenso das Commodities" e as críticas de Eduardo Gudynas acerca da espoliação socioambiental não representam um rompimento com o passado teórico latino-americano. Pelo contrário, são desdobramentos diretos e necessários das críticas cepalinas e marxistas sobre o intercâmbio desigual. O enclave de Carajás prova materialmente que o projeto primário-exportador se modernizou tecnologicamente e se adaptou às novas exigências do capital globalizado, mas manteve a região firmemente atada às engrenagens da dependência. O "desenvolvimento" gerado nestes polos é, portanto, ilusório e excludente, confirmando a tese dependentista de que a modernização da periferia é funcional apenas para a reprodução do capital no centro do sistema.

A Face Redistributiva (o "consenso"), a operação da Vale gera bilhões em royalties e impostos. Durante os anos do boom das commodities, esses recursos compunham o orçamento federal que sustentou políticas como o Bolsa Família e o investimento em universidades federais. No âmbito local, a empresa investe em programas de saúde, educação e infraestrutura, criando uma narrativa de desenvolvimento e benefício social em torno de suas operações. Este é o "pacto compensatório" em ação: a riqueza extraída é parcialmente reinvestida em bem-estar social, criando uma base de apoio ao modelo. A Face Conflitiva (a "fronteira"). Por outro lado, a expansão do projeto S11D, a maior mina de ferro a céu aberto do mundo, e a operação da Estrada de Ferro Carajás (EFC) geram impactos profundos:

Conflitos por Terra. A expansão mineira pressiona territórios de comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares, levando a desapropriações e conflitos fundiários.

Impactos Ambientais, a poluição do ar por particulados da mineração e das siderúrgicas, o desmatamento para produção de carvão e a contaminação de recursos hídricos são problemas crônicos e documentados.

Violação de Direitos. O caso mais emblemático foi o rompimento da Barragem de Fundão (Samarco/Vale/BHP Billiton) em Mariana (2015), que pode ser lido como uma tragédia anunciada do neoextrativismo, onde a busca pela maximização da produção superou todos os critérios de segurança e cuidado ambiental. O desastre de Brumadinho (2019) reforçou brutalmente essa lógica.

Criminalização da Resistência, comunidades e movimentos sociais que se opõem aos impactos, como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), são frequentemente estigmatizados como "contra o desenvolvimento" e enfrentam repressão e judicialização de suas lutas.

A análise do Corredor de Carajás à luz da teoria neoextrativista expõe a armadilha desse modelo de desenvolvimento. O Brasil dos governos PT conseguiu, sim, reduzir a pobreza de forma inédita, mas às custas do aprofundamento de uma economia reprimarizada, dependente e vulnerável, e da intensificação de conflitos socioambientais em suas fronteiras de recursos. O Estado, ao abraçar o "consenso dos commodities", tornou-se refém de sua própria lógica: para manter o fluxo de renda que financiava sua base social, foi obrigado a priorizar os interesses do agronegócio e da mineração em detrimento de outros projetos de nação, dos direitos territoriais e da sustentabilidade de longo prazo. O neoextrativismo, portanto, não é uma ruptura com o passado colonial, mas uma sua modernização, onde o Estado gerencia e se beneficia do mesmo padrão de acumulação baseado na exploração da natureza e do trabalho, agora com um rosto mais "social". A superação deste modelo exige romper com esse consenso e imaginar alternativas pós-extrativistas que reconciliem bem-estar social com justiça ambiental e soberania territorial.

Por fim, conclui-se que, apesar dos ganhos sociais de curto prazo, este modelo se mostra ecologicamente insustentável, economicamente volátil e socialmente divisor. A obra posiciona-se como um alerta e um chamado à elaboração de alternativas urgentes. Ela advoga por um verdadeiro debate sobre transições para um paradigma pós-extrativista, que possa incorporar visões como o Buen Vivir (Bem Viver), a justiça ambiental e a soberania alimentar, construindo um futuro para a América Latina que não dependa da exaustão de suas próprias riquezas naturais e da negação de suas diversidades culturais.

5. O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA NO SÉCULO XXI: AVANÇOS, RETROCESSOS E DESAFIOS PERSISTENTES

A trajetória econômica da América Latina no século XXI tem sido marcada por uma notável, ainda que inconstante, busca pelo desenvolvimento. Emergindo de um período de reformas neoliberais e crises financeiras no final do século XX, a região adentrou os anos 2000 sob a influência

de um cenário externo favorável, impulsionado principalmente pelo aumento acentuado dos preços das commodities. Este período de crescimento, contudo, não foi uniforme nem suficiente para superar os desafios estruturais históricos, dando lugar a uma fase de desaceleração e incertezas a partir da segunda década do século, evidenciando a persistência de vulnerabilidades e a necessidade de novas estratégias de desenvolvimento. A "Década de Ouro" e o Impacto das Commodities. O início do século foi profundamente impactado pelo chamado "superciclo das commodities". A crescente demanda da China e de outras economias emergentes por produtos primários gerou uma melhora substancial nos termos de troca para a maioria dos países sul-americanos. Este período traduziu-se em um crescimento robusto do PIB, como o pico de 5,9% em 2010. Este cenário favorável permitiu uma combinação de políticas econômicas que não era vista há décadas:

Melhora nas Contas Externas: O aumento das receitas de exportação fortaleceu os balanços de pagamentos e permitiu o acúmulo de reservas internacionais, reduzindo a vulnerabilidade externa de curto prazo.

Expansão do Espaço Fiscal: Com maior arrecadação, os governos puderam ampliar os gastos públicos. Uma parte significativa desses recursos foi direcionada para políticas sociais, como programas de transferência de renda (Bolsa Família no Brasil, Asignación Universal por Hijo na Argentina) e aumentos reais do salário-mínimo.

Redução da Pobreza e da Desigualdade: Como resultado direto dessas políticas e do crescimento do emprego, a região experimentou uma notável redução da pobreza e, pela primeira vez em décadas, uma queda no índice de Gini em muitos países.

No entanto, este modelo de crescimento reforçou a especialização produtiva no setor primário, um fenômeno que a literatura econômica denomina de "reprimarização". A dependência excessiva das commodities deixou a região exposta à volatilidade de seus preços. Desaceleração, Desindustrialização e a Armadilha da Renda Média.

Com o fim do superciclo das commodities, a partir de meados da década de 2010, as fragilidades do modelo de crescimento latino-americano tornaram-se evidentes. A queda dos preços das matérias-primas, somada à desaceleração da economia chinesa, impactou severamente o desempenho econômico da região. A falta de diversificação produtiva e o baixo investimento em inovação e tecnologia cobraram seu preço, levando a região a um período de crescimento baixo ou nulo.

Este processo está ligado ao que muitos analistas e estudos acadêmicos apontam para um processo de “desindustrialização prematura” em vários países da região, onde o setor manufatureiro perdeu participação no Produto Interno Bruto (PIB) sem que houvesse uma transição para um setor de serviços de alta produtividade. Este fenômeno contribuiu para a chamada "armadilha da renda

média", na qual os países encontram dificuldades para competir tanto com economias de baixos salários em produtos industrializados quanto com economias avançadas em inovação tecnológica.

5.1 Os Desafios Estruturais: Desigualdade, Institucionalidade e Inserção Internacional

Apesar dos avanços sociais da primeira década, a América Latina permanece como uma das regiões mais desiguais do mundo e adentrou a terceira década do século XXI enfrentando seus problemas históricos, agora reconfigurados:

A Ineficiência da Desigualdade. A CEPAL argumenta em publicações recentes que a extrema concentração de renda não é apenas um problema social, mas uma barreira para o próprio crescimento econômico. Ela limita o mercado consumidor, gera instabilidade política e impede a acumulação de capital humano.

Baixa Produtividade e Inovação, a região investe pouco em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e possui uma estrutura produtiva heterogênea, com poucas empresas grandes e exportadoras convivendo com uma vasta maioria de micro e pequenas empresas de baixa produtividade.

Integração Regional Fragmentada, apesar de iniciativas como o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, a integração econômica regional permanece limitada. O comércio intrarregional é baixo quando comparado ao de outras partes do mundo, como Europa e Ásia, o que restringe o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

Sustentabilidade Ambiental, a base econômica extrativista gera enormes desafios ambientais, desde o desmatamento na Amazônia até a gestão de recursos hídricos e os impactos da mineração. A transição para uma economia de baixo carbono é um desafio e uma oportunidade para a região.

A fragilidade institucional, a instabilidade política e os desafios em termos de governança também se apresentam como entraves ao desenvolvimento sustentável. A capacidade do Estado para implementar políticas de longo prazo, garantir a segurança jurídica e promover um ambiente de negócios favorável à inovação e ao investimento produtivo é fundamental para superar as vulnerabilidades atuais.

No que tange à inserção internacional, o século XXI tem sido marcado por um debate entre a aposta em acordos comerciais e a necessidade de uma maior integração regional. A ascensão da China como principal parceiro comercial de muitos países latino-americanos reconfigurou o mapa geopolítico e econômico, trazendo novas oportunidades e desafios para a autonomia e o desenvolvimento da região.

Em síntese, o desenvolvimento da América Latina no século XXI pode ser descrito como um processo heterogêneo, instável e dependente de fatores externos, mas com potencial de transformação. O futuro da região dependerá de sua capacidade de diversificar a estrutura produtiva, investir em inovação, ciência e tecnologia, promover políticas sociais que combatam a desigualdade,

avançar na integração regional e adotar estratégias de sustentabilidade ambiental. Como ressalta Ocampo, "o desafio central para a região é combinar estabilidade macroeconômica com inclusão social e maior sofisticação produtiva" (OCAMPO, 2017, p. 219).

6. CONCLUSÃO

A análise da trajetória econômica da América Latina evidencia a permanência de estruturas históricas de dependência, mesmo diante das distintas estratégias de desenvolvimento adotadas ao longo do tempo. Tanto no período da industrialização por substituição de importações (ISI) quanto no atual modelo neoextrativista, observa-se a continuidade de uma inserção subordinada na economia internacional, o que limita a autonomia regional e contribui para a reprodução de desigualdades estruturais.

Nesse contexto, torna-se evidente a necessidade de construção de alternativas que superem a lógica extrativista, cujos impactos sociais, econômicos e ambientais se mostram cada vez mais expressivos. Propostas como o "Buen Vivir" apontam para a urgência de repensar o próprio conceito de desenvolvimento, incorporando perspectivas que valorizem a sustentabilidade, a equidade e a pluralidade de saberes.

Por fim, o pensamento crítico latino-americano contemporâneo assume papel central nesse processo, ao oferecer não apenas instrumentos de análise, mas também fundamentos para a formulação de novos projetos societários. A superação da condição de dependência exige, portanto, não apenas transformações estruturais na economia, mas também a construção de novos referenciais teóricos e políticos capazes de orientar trajetórias mais autônomas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Estudo Econômico da América Latina e do Caribe 2022: Dinâmica e desafios da região.** Santiago: CEPAL, 2022.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama do Desenvolvimento Social da América Latina**. Santiago: Nações Unidas, 2017.

OCAMPO, José Antonio. **História econômica da América Latina no século XX**. Cidade do México: Fundo de Cultura Econômica, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A Economia Latino-Americana. In: Economia e Política na América Latina.** São Paulo: Editora da USP, 1977. cap. 3, p. 45-68.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Estrutura da Dependência. In: Dependência e Mudança Social.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1970. cap. 2, p. 31-52.

FURTADO, Celso. **A Dialética do Desenvolvimento. In: Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966. cap. 4, p. 89-112.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência. In: América Latina: Dependência e Integração.** São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992. cap. 1, p. 15-40.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

PREBISCH, Raúl. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas.** Santiago: CEPAL, 1950.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteiras del neoextrativismo en América Latina: conflictos resistencias y escenarios políticos.** 1 ed. Guadalajara: CALAS, 2023.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivisms: Ecology, Economy and Politics of a Mode of Understanding Development and Nature**. In: SVAMPA, Maristella (Org.). Las fronteras del neoextrativismo en América Latina: conflictos, resistencias y escenarios políticos. 1. ed. Guadalajara: CALAS, 2023.

SVAMPA, Maristella. **Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America**. South Atlantic Quarterly, v. 114, n. 1, p. 65–82, 2015.